



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## **A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Kueyla de Andrade Bitencourt  
(UESB)

### **RESUMO**

Este trabalho analisa criticamente o crescente processo de patologização e medicalização da infância e seus desdobramentos atuais no contexto educacional, buscando elucidar fenômenos escolares como o não-aprender e a indisciplina, vistos como patologias e transtornos. A partir da proposição de uma pesquisa na educação infantil, busca compreender a produção de uma nova verdade sobre o sofrimento psíquico, proposta pelo saber médico-psiquiátrico, que individualiza questões educacionais que são de ordem política e econômica mais abrangente e demanda ambientes escolares disciplinadores que contribuem para a estigmatização e o isolamento dos alunos considerados destoantes do ideal civilizatório da educação moderna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicalização. Infância. Disciplinarização.

### **INTRODUÇÃO**

A proposta da discussão da temática da medicalização da infância nesse trabalho acontece em função do aumento vertiginoso de crianças que tem sido medicalizadas em nossa sociedade, sobretudo no contexto escolar e traz inúmeras consequências para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas, sendo essa uma perspectiva que, em nome de um saber específico, o saber médico, individualiza questões que são de ordem política, social e econômica e insiste em

---

· Psicóloga, Mestre em Educação- UFBA, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: Kueyla@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

transformar problemas de viver em questões de doença, bem como explicar a subjetividade humana pela via orgânica.

Esse saber, que permeia de modo incisivo o ambiente educacional, não está restrito apenas aos profissionais em questão, porém ganha novos adeptos constantemente, sobretudo no cotidiano escolar, em que os educadores ensejam intervenções medicalizantes, em muitos casos em decorrência da falta de perspectiva de soluções concretas para os inúmeros problemas educacionais com os quais convivem cotidianamente, o que demandaria uma reflexão aprofundada dos fatores sociais e políticos que atravessam a educação em nosso país. Mas, como de costume, evitando a problematização, tratam-se questões de origem ética e política, de forma técnica, como requer as relações superficiais da sociedade de consumo.

A individualização dos problemas educacionais ecoa na ideologia espontânea do capitalismo, fazendo crer que o indivíduo está solto, livre para adaptar-se as demandas externas. Assim, aquele que se encontra fora da norma, dos padrões tende a ser culpabilizado individualmente por sua falta de êxito, já que existe um ideal de normalidade apregoado, sobretudo pela medicina higienista, que a partir de perspectivas dicotômicas diferencia e dualiza normal-patológico, doente-saudável, normal-anormal, o que produz efeitos de exclusão e estigmatização para os que são considerados fora do padrão, vistos como doentes, inferiores e que, portanto devem ser combatidos e eliminados.

A partir de (psico)diagnósticos atribuídos por profissionais, psis e médicos, que observam e tratam essas questões de forma individualizada e que pouco participam do cotidiano em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre, o passo seguinte é a medicalização desses alunos que se submetem a terapêuticas muitas vezes questionáveis, fazem uso de medicação que podem causar dependência e instalam ou agravam quadros patológicos.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Destarte, esse trabalho tem como objetivo analisar as práticas de patologização e medicalização na vida escolar de crianças que frequentam a educação infantil em algumas escolas públicas em uma cidade do interior da Bahia, a partir dos créditos práticos da disciplina de Psicologia Escolar ministrada para alunos do quarto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Essa proposta visa possibilitar a elaboração de pesquisa feita através de uma disciplina que oferece aos alunos a oportunidade de presenciarem a realidade da educação, partindo do cabedal teórico visto em sala de aula, que reúne uma temática afim para as áreas de Psicologia e Pedagogia e constitui-se em uma questão política importante que assola o cotidiano do campo educacional.

Os sujeitos da pesquisa são crianças de 0 a 5 anos que estão na educação infantil, pois por estarem ainda em desenvolvimento, tornam-se alvo ideal para controle e normatizações, já que as vezes os educadores/professores partem de um conceito de infância idealizada, universal e abstrata. Essa perspectiva resulta em uma homogeneização e em expectativas geradas em torno da infância que produz a uniformização destas no ambiente escolar, sendo que atualmente até a divisão das séries escolares, de certa forma, reproduz esse ideal de uniformização, desconsiderando que algumas crianças aprendem determinados conteúdos de forma diferenciada e em tempos diversos. Assim, o aluno que não atinge a média esperada no que se refere ao comportamento ou a cognição é deixado a margem dos demais.

A eficácia do discurso medicalizante no cenário educacional ocorre a partir da concepção ideológica da meritocracia individual, em que o aluno, sozinho, deve protagonizar seu desempenho no processo de aprendizagem e moralmente responsabilizar-se pelo que faz, diz ou sofre. Essa noção do indivíduo livre e responsável por si é cultuada e naturalizada pelo capitalismo, configurando o que Souza (2003) chama de ideologia espontânea do capitalismo, que ocorre em função da ideia do indivíduo pensar-se solto no mundo, sem contexto, como se ele tivesse



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a oportunidade de migrar ou deslocar-se de qualquer ambiente sempre que desejar.

A partir da ideia de um indivíduo descontextualizado, as pessoas são pensadas estando no mundo sem um conjunto de valores que as orientem, sendo assim não há possibilidade de articulação entre os valores, que porventura conduzem as opções feitas por elas no plano político, existencial, dentre outros. Desta forma, as ideias, os valores desarticulados tornam-se práticas sociais e tendem a se naturalizar, a medida que seus elementos constitutivos são esquecidos. Quanto mais alheias aos nascedouros das ideias, mais propagadas são as práticas.

A partir do momento que se ignora o processo que gerou a situação de anomalia, naturalizando-a, é certo que quando a sociedade e o Estado buscam intervir, com intuito de sanar esta disfunção social, direcionam-se para as consequências deste processo, agem de forma superficial e utilizam aparatos da instrumentalização técnica, deixando de lado as questões éticas e políticas que trazem a dimensão mais profunda e radical destas questões. Assim, a patologização das crianças nas escolas acontece a partir da culpabilização dessas pelo não aprendizado, sendo desconsideradas as questões políticas, econômicas e sociais, sobretudo no contexto nas escolas públicas e a resposta do Estado, respaldada pela sociedade, a esse problema já naturalizado é a ênfase no tratamento clínico-individual dos alunos considerados problemáticos, a partir da medicalização.

Ao suscitarem as relações entre grupos estabelecidos e os outsiders, Elias e Scotson (2000) afirmam que atribuir o rótulo de "valor humano inferior" a um grupo, causando estigma social, costuma penetrar na auto-imagem e enfraquecê-lo. A estigmatização pode causar paralisações para o grupo de menor poder. Os outsiders ou grupos minoritários podem incorporar a noção de papéis desviantes e hostilizar de forma velada qualquer autoridade exercida pelos membros dos grupos majoritários, isso ocorre sobretudo com as crianças. De forma análoga é



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

possível observar o comportamento de negação das crianças estigmatizadas e patologizadas quanto aos conteúdos disciplinares, às relações com os professores e às normas da escola.

A escola vista como um *locus* de reprodução social, instituição que instala e reforça o desejo civilizatório da sociedade capitalista e consumista, busca incessantemente o enquadramento funcional de seus alunos, de forma que diante da mais tenra possibilidade de ruptura com a padronização eles são surpreendidos com a prescrição de fármacos, espécie de camisa de força química que ao agir sobre o Sistema Nervoso Central, readapta o aluno ao modo de funcionamento previsto e desejado no ambiente escolar. A ruptura existe, no entanto, pois existe um padrão de infância construído.

Vários especialistas das áreas médicas, jurídicas e psicológicas foram requisitados para pensar a questão da infância e, considerando os discursos construídos por eles, passou a existir uma noção do que – do ponto de vista fisiológico, psíquico, cognitivo, legal – seria considerado infância, sendo criados comportamentos, afetos e cuidados específicos para essa nova etapa do desenvolvimento humano. A infância pensada, no entanto, por esses especialistas é considerada uma infância “normal”, a partir da qual vão ser pensadas as outras infâncias que são marginalizadas, pobres, excluídas e estas também passam a ser concretizadas pelos discursos que a constituem como infância patológica.

Estar enquadrado nessa situação significa ser considerado com outsider, estar fora do modo normal de funcionamento da sociedade, sendo que, por se tratar de crianças e adolescentes, eles ainda podem se reinserir, caso ocorra seu enquadramento nas regras e normas estabelecidas socialmente. A escola seria, dessa forma, a instituição responsável pelo enquadramento dessas crianças e adolescentes e, mediante da sua disciplinarização e governamentalização, poderia cuidar da sociabilidade desses infantes. Acontece que, cada vez mais, a escola se desresponsabiliza de sua função educadora e socializadora e recorre a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

especialistas que auscultam e predizem os comportamentos esperados das crianças no âmbito da escola.

Essa instituição é vista como um lugar de passagem do rústico para o polido, da ignorância para a luz, enfim, do pré-moderno para o moderno.

A estetização da miséria com os recursos descritivos da ortodoxia econômica, está voltada para o ajuste humano às demandas do desenvolvimento, deixava nas bocas e nas palavras uma imagem da pobreza associada a uma rusticidade que todos queriam evitar: o pobre e a pobreza precisavam ser 'reconfigurados' para que o desenvolvimento não procurasse lugar mais 'apropriado' para acontecer. (FREITAS, 2005, p.12)

O projeto moderno na área de educação possui propósito civilizador, pretende estabelecer novas formas de comportamento, individualizando paulatinamente o sujeito e distanciando cada vez mais o homem da natureza, esta encarada como estado de selvageria e rusticidade. A educação, no entanto, tornar-se-á mais eficaz se a criança começa a ser modelada e controlada desde cedo. Mas quais seriam os moldes racionalmente propostos, de acordo com os quais se poderia pensar na produção em série de crianças educadas? Foi criada, para tanto, uma noção moderna de criança, com o auxílio de especialistas de diversas áreas – pedagógica, psicológica, médica, jurídica – e seguindo esta noção todas as crianças foram pensadas, sendo ricas ou pobres, rurais ou citadinas, e modos de educação específicos foram sugeridos para os segmentos infantis. Nesse sentido, a noção moderna de infância

esteve associada à produção de novos modos de educação para os sujeitos infantis, especialmente voltados para a institucionalização das crianças. [...] estes esquemas de racionalidade – nada mais são do que sistemas de ideias que permitiram pensar diferentemente o que é ser criança e introduziram ao mesmo tempo, novos aparatos para seu controle e regulação. (BUJES, 2002, p.55)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O projeto moderno, que aposta na razão e na ciência, crê que a escola poderá cumprir seus planos através da ideia de progresso e do esforço de cada indivíduo, e que viabiliza, através da liberdade individual, a mobilidade social, a equidade e é capaz de fabricar cidadãos livres e autônomos. Nos discursos dos professores aparece com frequência a ideia de que as crianças estão na escola para crescer e conseguir, sobretudo, uma boa inserção no mercado de trabalho. Assim, é comum adjetivá-los de fracassados, quando não conseguem corresponder às expectativas quanto ao cumprimento dos planos do projeto moderno, ser aplicado, bem-sucedido, comportado, determinado.

A psicologia e a pedagogia também contribuíram na fabricação de uma essência da infância, encarando as crianças como sujeitos de medo, insegurança, com necessidades e anseios a serem satisfeitos, modos de agir e pensar específicos. Esses discursos criados para designar e configurar a infância foram ganhando uniformidade e contribuíram para a criação de regulações na esfera do Estado, das políticas sociais e principalmente para o projeto de educação infantil.

Essa noção de Fracasso Escolar demonstra a submissão da pedagogia ao discurso médico e a ênfase dada pela medicina ao discurso psiquiátrico biologizante. Assim, a criança que é fruto de uma situação que envolve questões sociais, econômicas e políticas complexas passa a ser responsabilizada individualmente e passa a ser referenciada como sendo portadora de algum transtorno, de alguma patologia. De acordo com Sawaia (2006) o sujeito não é responsável pela sua situação de marginalização, como se quer fazer crer a perspectiva individualista-meritocrática, que auto-responsabiliza o indivíduo por tudo que acontece em sua vida, e nem é capaz de superá-la sozinho. O sofrimento do indivíduo origina-se nas intersubjetividades delineadas socialmente.

O processo de racionalização da educação na modernidade preza por processos disciplinares e técnicas de governo, visando à civilização, e para tanto utiliza o saber racional, organizado e formal, impossibilitando o desvelamento dos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

saberes trazidos pelos alunos e aprendidos em suas convivências cotidianas e em suas práticas rotineiras, tanto na família como nos demais grupos sociais a que pertence.

O conhecimento trazido pelo aluno é deveras arraigado, o que impossibilita que este, sobretudo o que vive em classes mais desfavorecidas economicamente, desconsidere todo o saber da comunidade de onde provém e incorpore o saber formal proclamado pela escola, uma vez que a própria incorporação desses saberes pode excluí-lo do grupo a que pertence. Destarte, ao prezar por práticas disciplinares, a escola trata com desatenção as vivências democráticas e reproduz o conhecimento dominante que mantém e corrobora com a desigualdade social, desconsiderando as realidades sociais e culturais dos seus alunos.

Ao ser individualizada, como se fosse única responsável por não corresponder as expectativas que se tem dela no ambiente escolar, a criança passa a ser objeto de análise descritiva e alvo de administração, submissão e controle. A disciplina é um mecanismo que deve melhorar o exercício de poder, tornando-o mais eficaz. O controle do desempenho e das aptidões, que são supervisionadas e passam a ser adestradas, destaca o que não corresponde ao padrão social, considerando-o como anormal e, conseqüentemente, patológico.

As técnicas de governamentalidade, no âmbito escolar, produzem microtecnologias visando, assim, à produção de subjetividades dos alunos. Foucault (2001) buscou analisar os sujeitos no interior das instituições através dos mecanismos utilizados para o seu confinamento, práticas disciplinares, tecnologias do eu e alguns comportamentos de autodisciplinamento produzidos de acordo com regras e práticas particulares, de forma que os sujeitos se controlem e mantenham os outros também sob controle.

Os comportamentos de autodisciplinamento são triviais no contexto escolar, em que a começar pelos alunos que se observam, se denunciam, se controlam. Para constituir-se enquanto sujeito, este mesmo indivíduo exerce





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

relações de poder sobre si e sobre os outros, bem como as instituições, por sua vez, exercem poder sobre si e sobre os sujeitos que estão ligados a ela. Estes poderes, no entanto, podem aparecer como capilares e moleculares, e vale destacar que

[...] este poder é relacional, capilar, disseminado por toda a estrutura social. Também quero chamar a atenção para o fato de que o exercício do poder se estabelece porque envolve indivíduos, comunidades, instituições, Estados que se encontram em relações assimétricas, com posições diferenciadas de poder. (BUJES, 2002, p. 83)

A patologização no âmbito escolar, segundo Moysés & Collares (1994), funciona como o apontar no diferente uma doença, tornando o aluno suscetível as rotulações externas que predizem como deve ser seu modo de funcionamento no ambiente escolar. Esse mecanismo estigmatiza o indivíduo, afirmar a patologia e pode gerar como consequência a medicalização. Na medicalização costuma-se tratar questões de ordem política e social, como sendo questões médicas. Discute a questão da saúde-doença focado no indivíduo, a partir de uma perspectiva biologicista-organicista.

Embora a discussão da patologização refira-se a uma discussão sobre a forma como a ciência médica vem tratando a relação entre o normal e o patológico, no que se refere à educação especificamente, ela torna-se preocupante na medida em que os educadores incorporam o discurso médico-psiquiátrico e concebem a criança como um modelo predeterminado socialmente. Moura (2007) faz referência ao “desejo de manicômio em nós”, ou seja, o discurso médico já naturalizado propaga-se em diversas esferas da vida social, a partir do desejo que se encerra em nós de que as coisas sigam um curso normal, pré-determinado, que possa amenizar os riscos e, conseqüentemente, as possibilidades e chama atenção de que

essa análise se faz necessária, na medida em que um modo de psiquiatrização atua para além dos muros do hospital. É uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

forma social, ou uma forma de relação social não imediatamente localizável, mas que se concretiza e opera na subjetividade de cada um dos indivíduos ditos normais. (...) Assim, torna-se fácil, por demasiado evidente criticar o manicômio como organização visível. O difícil é pensar diferente, pensar para além das identidades fixas, pensar na contra-corrente do pensamento oficial, pensar o impensável sem cair no buraco negro da invalidez psíquica. Enfim, todo um pensar-louco, mas sem estar doente. (MOURA, 2007, p.37)

Com a patologização todos os problemas da vida se transformam em doenças, transtornos, distúrbio e ato de classificação, normatização e individualização da infância, respaldados por discursos científicos ganham cada vez mais justificativas diagnósticas nas manifestações infantis tidas como inadequadas. O saber médico se impõe na sociedade capitalista, produz e deseja uma subjetividade medicalizada que reconhece o desvio como patologias que devem ser cuidadas por uma sociedade disciplinar, com indicações de tratamentos.

A presença das equipes de saúde na educação acontece desde o início do século XX e desde então é responsável pela associação de problemas de aprendizagem a questões neurológicas, circunscrevendo as questões da aprendizagem unicamente ao foro biologicista, o que vem sustentando a indústria de fármacos-psicotrópicos que são prescritos a transtornos que por falta de embasamentos científicos sustentáveis não tem ao menos nomenclaturas consensuais e adequadas. Além disso, a maior parte dos diagnósticos é feita através dos inventários de sintomas e de queixas de pais e professores, o que não garante fidedignidade do diagnóstico (LUENGO, 2010).

A formação da subjetividade da criança no mundo capitalista e consumista está pautada no individualismo, a socialização não é assegurada, de forma que as relações estão pouco consolidadas. Para Bauman (2004), nossos relacionamentos estão mais instáveis, de forma que temos uma sociedade desarticulada e passível de dominação. Se existe uma aceleração nas relações entre as pessoas, nas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

atividades cotidianas, mais que comum que as crianças também reproduzam um comportamento acelerado.

Ao referir-se a indisciplina, Meira (2012) afirma que não se trataria apenas de aspectos constitutivos da individualidade de alunos isolados, mas de características de diferentes contextos e práticas que subsistem no contexto sociocultural da atualidade, que disseminam modelos violentos e hiperativos na sociedade; estimulam o desinteresse por problemas coletivos; degradação dos espaços públicos, sobretudo as escolas; desvalorização dos professores e produzem relações sociais opressivas e desumanizadoras.

É possível pensar em um contraponto ao modelo médico-patologizante que individualiza os sujeitos tidos como desviantes no cenário escolar, através da perspectiva sócio histórica, em que o ser humano só tem sentido se pensado como sendo um ser social.

Vygotsky (citado por Meira, 2012), utiliza-se do modelo sócio histórico para afirmar, por exemplo, que o desenvolvimento da atenção da criança acontece com sua interação social durante seu processo de formação, portanto se configura como um contrassenso a escola, ao invés de auxiliar no aprendizado da criança servindo como mediadora cultural, exigir dela que funções psicológicas superiores já estejam formadas na tenra infância, sem nenhum tipo de socialização prévia. A atenção que a criança vai desenvolver na escola não independe dos conteúdos e dos processos pedagógicos a que ela se submete.

A disciplina não deve ser negada no ambiente escolar, portanto sua importância no trabalho pedagógico seria socializar conhecimentos desenvolver pensamento crítico. Ainda é possível perceber que existe também espaço para a produção de desejos potentes, de corpos que vibram, que estão dispostos aos encontros e produzem intensidades, passando ao lado do aparato disciplinar. Os modos de subjetivação destas crianças na escola apontam que, apesar do enquadramento e docilização requeridos pela instituição escolar, através de sua



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

cultura, o que se vê no cotidiano se diferencia bastante do sonho e da promessa civilizadora da modernidade, os alunos criam modos intersticiais de convivência alegre e potente.

A discussão da medicalização da infância e da educação deve transpor a disputa corporativa e deve fazer com que profissionais de diversos campos disciplinares e abordagens teóricas, contra a medicalização, promovam os direitos das crianças e adolescentes. Existem importantes contribuições da área de saúde para a educação, a exemplo do diagnóstico precoce de necessidades educacionais especiais, possibilitando a criação de políticas públicas para educação inclusiva, ao invés da utilização da medicalização como subterfúgio para ocultar complexos e históricos problemas da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Amor Líquido** – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BUJES, M. I. E. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders** – sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Alunos Rústicos, Arcaicos e Primitivos: o pensamento social no campo da educação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUENGO, F.C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MEIRA, M.E.M. **Para uma crítica da medicalização na educação**. Revista semestral da associação brasileira de Psicologia Educacional e Escolar. SP, v.16, n. 1, Jan./Jun. 2012.
- MOURA, A. **Linhas da Diferença em psicopatologia**. Salvador: CIAN Editora, 2007.
- MOYSÉS, M. A.A; COLLARES, C. A. **Inteligência abstraída, crianças silenciadas – avaliações da inteligência**. Psicologia USP, v.8, n.1, 1994.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: Bader Sawaia (org.), **As artimanhas da Exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Jessé. **A construção Social da subcidadania** – Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.